



**Concurso Público para provimento de cargos de
Assistente Técnico de Defensoria
Assistente Técnico Administrativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O processo de perpetuação da cultura se dá pela educação.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Crônica de gente pouco importante: Manaus, século XIX

Sei que vocês nunca ouviram falar de Apolinária. Nem poderiam. Ela faz parte de um conjunto de pessoas que jamais usufruíram de notoriedade.

Era junho de 1855 quando Apolinária, 24 anos, cabinda, africana livre, afinal desembarcou no porto de Manaus. No início do século XIX, quando o tráfico de escravos se tornou ilegal como parte de um conjunto de acordos internacionais, os africanos livres eram os indivíduos que compunham a carga dos navios apreendidos no tráfico ilícito. Pela lei de 1831, se a apreensão ocorresse em águas brasileiras, eles ficavam sob tutela estatal e deviam prestar serviços ao Estado ou a particulares por 14 anos até sua emancipação. Com isso, os africanos livres chegaram aos quatro cantos do Império, inclusive ao Amazonas.

Apolinária foi designada para trabalhar na recém-instalada Olaria Provincial. Suas crianças foram junto. Ali já estavam outros africanos livres que, além da fabricação de telhas, potes e tijolos, também eram responsáveis pela supervisão do trabalho dos índios que vinham das aldeias para servir nas obras públicas. Eram cerca de 20 pessoas que viviam no mesmo lugar em que trabalhavam e assim foi até 1858, quando a olaria foi fechada para se transformar em uma nova escola: os Educandos Artífices.

A rotina na Olaria era dura e foi com alegria que Apolinária soube que seria a lavadeira dos Educandos. Diferente dos outros, não ia precisar se mudar para o outro lado do igarapé. Podia continuar ali com os filhos, o marido Gualberto, o cozinheiro Bertoldo e Severa, filha de Domingos Mina. O salário não era grande coisa, mas a amizade antiga com Bertoldo garantia alimento extra à mesa para todos. A tranquilidade durou pouco. O diretor dos Educandos, certamente mal informado pela boataria maledicente, a demitiu do cargo alegando que era ladra e dada a bebedeiras. Menos de 3 meses depois, Apolinária já estava de volta ao trabalho nas obras públicas, com destino incerto.

Sou incapaz de dizer mais alguma coisa sobre o que aconteceu com Apolinária porque ela desapareceu da documentação, mas os fragmentos de sua vida que pude recuperar são poderosos para iluminar cenas da vida desta cidade que estavam nas sombras. A presença negra no Amazonas é tratada de modo marginal na historiografia local e só muito recentemente vemos mudanças neste cenário. Há ainda muitas zonas de silêncio. A história de Apolinária nos ajuda a colocar problemas novos, entre eles, o fato de que a trajetória dessas pessoas que cruzaram o Atlântico e, depois, o Império permite acessar um mundo bem pouco visível na história do Brasil: a diversidade de experiências que uniram índios, escravos, libertos e africanos livres no mundo do trabalho no século XIX.

Falar dessa gente pouco importante é buscar dialogar com personagens reais e concretos. Suas vidas comuns foram, de fato, extraordinárias, cada uma a seu modo. Seres humanos verdadeiros, que fazem a História acontecer todos os dias.

(Adaptado de: Patrícia Sampaio. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br>. 06.08.2014)

1. O texto tem caráter

- (A) literário, o que se justifica pelo discurso ficcional, e representa de modo estereotipado e cômico alguns personagens à margem dos registros históricos oficiais.
- (B) documental, embora não exclua certa subjetividade, e chama a atenção para a importância de pessoas comuns na construção da identidade amazonense.
- (C) confessional, visto que tem como ponto de partida a experiência de vida da autora, e destaca a trajetória de homens comuns que ganharam notabilidade com o tempo.
- (D) jornalístico, haja vista ater-se a fatos da esfera pública, e objetiva informar os leitores sobre como Manaus se construiu a partir do trabalho escravo.
- (E) didático, por divulgar informações de maneira categórica e impessoal, e assume um tom apelativo ao apresentar figuras públicas de prestígio como pessoas do povo.

2. Uma das críticas expressas no texto recai sobre

- (A) a falta de fiscalização dos navios de escravos que chegaram ao Brasil após a lei de 1831.
- (B) o fato de os brasileiros desconhecerem a importância de Apolinária para a emancipação dos escravos.
- (C) o tratamento degradante dado aos africanos em seu trajeto até os portos brasileiros no século XIX.
- (D) a maneira como historiadores negligenciaram a participação africana na sociedade amazonense.
- (E) o modo subserviente como escravos recém-libertos se relacionavam com seus antigos senhores.



3. A grafia de *história*, em minúscula no penúltimo parágrafo, e a de *História*, iniciada por maiúscula no último parágrafo, enfatizam a distinção estabelecida entre os dois usos do vocábulo, empregado, respectivamente, com os sentidos de
- (A) particularidade e coletividade.
 - (B) invenção e fato.
 - (C) certeza e dúvida.
 - (D) universalidade e individualidade.
 - (E) emoção e razão.
-
4. A autora explicita uma conjectura na seguinte passagem do texto:
- (A) *Era junho de 1855 quando Apolinária, 24 anos, cabinda, africana livre, afinal desembarcou no porto de Manaus.* (2º parágrafo)
 - (B) *Com isso, os africanos livres chegaram aos quatro cantos do Império, inclusive ao Amazonas.* (2º parágrafo)
 - (C) *Diferente dos outros, não ia precisar se mudar para o outro lado do igarapé.* (4º parágrafo)
 - (D) *Apolinária foi designada para trabalhar na recém-instalada Olaria Provincial.* (3º parágrafo)
 - (E) *O diretor dos Educandos, certamente mal informado pela boataria maledicente, a demitiu do cargo [...].* (4º parágrafo)
-
5. O comentário que interpreta adequadamente o vocábulo destacado, em seu contexto, está em:
- (A) *Sei que **vocês** nunca ouviram falar de Apolinária.* (1º parágrafo) – refere-se a um número reservado de historiadores, público-alvo do texto, a quem a autora se reporta com formalidade e deferência.
 - (B) *[...] deviam prestar serviços ao Estado ou a particulares por 14 anos até **sua** emancipação.* (2º parágrafo) – refere-se aos senhores de escravos e expressa ideia de posse.
 - (C) *Diferente dos **outros**, não ia precisar se mudar para o outro lado do igarapé.* (4º parágrafo) – refere-se a um sujeito indeterminado, que não se pode deduzir da leitura do texto.
 - (D) *O diretor dos Educandos [...] **a** demitiu do cargo [...].* (4º parágrafo) – refere-se a Apolinária e indica que ela sofre a ação do verbo *demitir*.
 - (E) *[...] iluminar cenas da vida desta cidade **que** estavam nas sombras.* (5º parágrafo) – refere-se a *cidade* e poderia ser substituído por *a qual*.
-
6. Considere a relação de sentido estabelecida entre as seguintes informações do quarto parágrafo:
1. Foi com alegria que Apolinária soube que seria a lavadeira dos Educandos.
 2. A tranquilidade durou pouco.
 3. O diretor dos Educandos a demitiu do cargo.
 4. Menos de 3 meses depois, Apolinária estava de volta ao trabalho nas obras públicas.
- Sem prejuízo da mensagem, os conectivos que estabelecem coesão entre as frases, na ordem dada, são:
- (A) *todavia – pois – e*
 - (B) *porque – e – contudo*
 - (C) *portanto – contudo – então*
 - (D) *porque – portanto – porém*
 - (E) *então – todavia – porque*
-
7. O acréscimo de uma vírgula mantém a passagem do texto reescrita de acordo com a norma-padrão em:
- (A) A história de Apolinária, nos ajuda a colocar problemas novos [...]
 - (B) Sou incapaz de dizer mais alguma coisa sobre o que aconteceu com Apolinária porque, ela desapareceu da documentação [...]
 - (C) [...] a olaria foi fechada para se transformar, em uma nova escola: os Educandos Artífices.
 - (D) Seres humanos verdadeiros, que fazem a História, acontecer todos os dias.
 - (E) A rotina na Olaria era dura, e foi com alegria que Apolinária soube que seria a lavadeira dos Educandos.



8. [...] *eles ficavam sob tutela estatal e deviam prestar serviços ao Estado ou a particulares por 14 anos até sua emancipação.* (2º parágrafo)

A expressão destacada pode ser **antecedida** – sem prejuízo do sentido, da coesão e da correção gramatical – por

- (A) alcançarem à.
- (B) fizeram juz a.
- (C) que ocorresse.
- (D) lhe sucederem.
- (E) que os fosse concedido.

9. As regras da concordância padrão estão plenamente respeitadas na frase:

- (A) Os africanos livres eram responsáveis pela fabricação de telhas, potes, tijolos, enfim, tudo que eram produzidos na olaria.
- (B) De origem cabinda, Apolinária tinha 24 anos quando chegou ao Brasil, acompanhado de outros africanos livres.
- (C) A autora se interessou pela vida de africanos livres no Brasil, como Apolinária, que chegou a Manaus em 1855.
- (D) O registro escrito da vida de muitos desses trabalhadores se perderam, mas a contribuição deles para a história do Brasil é indelével.
- (E) Ainda que reste muitas zonas de silêncio, já se percebe esforços no sentido de evidenciar a importância dessas pessoas.

Atenção: As questões de números 10 a 13 referem-se ao texto abaixo.

Limites da ciência

Os deuses parecem ter um prazer especial em desmoralizar quem faz profecias sobre os limites da ciência. Auguste Comte afirmou, em 1835, que nunca surgiria um meio para estudarmos a composição química das estrelas. Bem, o método existe e hoje sabemos do que elas são feitas. Sabemos até que nós somos feitos de poeira estelar.

É verdade que Comte não era cientista, mas filósofo. Só que cientistas não se saem muito melhor. Um dos maiores físicos de seu tempo, lord Kelvin, escreveu em 1900: "Não há mais nada novo a ser descoberto na física; só o que resta fazer são medidas cada vez mais precisas". Vieram depois disso relatividade, mecânica quântica, modelo padrão etc.

Marcus du Sautoy conta essas histórias em The Great Unknown (O Grande Desconhecido). Ele sabe, portanto, que caminha em terreno perigoso quando se propõe a discutir os limites do conhecimento humano. Mas Du Sautoy, que é professor de matemática em Oxford e autor de vários livros de divulgação, tenta jogar em território razoavelmente seguro. Ele vai às fronteiras da ciência em que já temos informações suficientes para saber que há barreiras formidáveis a um conhecimento total.

A teoria do caos, por exemplo, assegura que nunca conseguiremos fazer previsões de longo prazo acerca de fenômenos como a meteorologia e engarrafamentos de trânsito. O problema é que alterações mínimas nas condições iniciais podem produzir alterações dramáticas depois de um tempo – e nós nunca temos conhecimento completo do presente.

Analogamente, ele mostra como o princípio da incerteza, a extensão do cosmo e a provável inexistência do tempo também limitam a possibilidade de conhecimento. Ao final, Du Sautoy retorna à sua especialidade e mergulha nas implicações dos teoremas da incompletude de Gödel, que criam embaraços para a própria matemática. É diversão certa para quem gosta de grandes questões.

(Hélio Schwartzman. Disponível em: www.folha.uol.com.br. 19.11.2017)

10. Entre os objetivos do texto estão

- (A) questionar a existência do tempo e censurar a teoria do caos.
- (B) apresentar o livro de Du Sautoy e recomendar a sua leitura.
- (C) conferir à filosofia *status* de ciência e opor-se à tese de Du Sautoy.
- (D) reprovar o obscurantismo dos filósofos e elogiar a clareza dos cientistas.
- (E) detalhar as correntes científicas atuais e anunciar seus limites.



11. Ao organizar as ideias nos dois primeiros parágrafos, o autor parte

- (A) do relato de um acontecimento, seguido da análise pormenorizada de suas causas e efeitos.
- (B) de uma constatação categórica, seguida de argumentos que a contradizem diretamente.
- (C) de uma afirmação geral, seguida de uma particularização por meio de exemplos.
- (D) da alusão ao senso comum, seguida de informações que lhe conferem embasamento científico.
- (E) da exposição de um tema controverso, seguida da comparação entre pontos de vista divergentes.

12. *Vieram depois disso relatividade, mecânica quântica, modelo padrão etc.* (2º parágrafo)

A forma verbal empregada nessa frase é intransitiva, assim como a destacada em:

- (A) *Marcus du Sautoy conta essas histórias em The Great Unknown (O Grande Desconhecido).*
- (B) *Analogamente, ele mostra como o princípio da incerteza, a extensão do cosmo e a provável inexistência do tempo também limitam a possibilidade de conhecimento.*
- (C) *Ao final, Du Sautoy retorna à sua especialidade e mergulha nas implicações dos teoremas da incompletude de Gödel [...]*
- (D) *Auguste Comte afirmou, em 1835, que nunca surgiria um meio para estudarmos a composição química das estrelas.*
- (E) *Sabemos até que nós somos feitos de poeira estelar.*

13. Indeterminar o agente é um dos efeitos de sentido produzido pela voz passiva analítica, a qual pode ser observada em:

- (A) *Sabemos até que nós somos feitos de poeira estelar.* (1º parágrafo)
- (B) *É verdade que Comte não era cientista, mas filósofo.* (2º parágrafo)
- (C) *Os deuses parecem ter um prazer especial em desmoralizar quem faz profecias sobre os limites da ciência.* (1º parágrafo)
- (D) *É diversão certa para quem gosta de grandes questões.* (5º parágrafo)
- (E) *Só que cientistas não se saem muito melhor.* (2º parágrafo)

14. Uma frase redigida com clareza e em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- (A) A teoria do caos, que alterações mínimas no presente podem acarretar mudanças drásticas no futuro, dá suporte à ideia que não pode-se fazer previsão meteorológica a longo prazo.
- (B) A composição das estrelas já não trata-se de um mistério para o homem comum, mas no início do século XIX era um conhecimento inacessível mesmo aqueles cientistas mais dedicados.
- (C) Em 1900, lorde Kelvin, cientista respeitabilíssimo à época, chegou a alegar de que não haveria mais nada novo à ser produzido pela física, com exceção de medidas mais precisas.
- (D) As limitações do conhecimento humano que continuamente os cientistas estão expostos são, ao mesmo tempo, entrave e estímulo para que eles possam dar continuidade em seus estudos.
- (E) Marcus du Sautoy, cujo livro ainda não foi traduzido para o português, demonstra estar consciente de que toca em questões complexas ao discorrer sobre os limites do conhecimento humano.

15. Há correspondência entre tempos e modos entre as formas verbais empregadas em:

- (A) Caso estivesse vivo hoje, o filósofo Auguste Comte teria a oportunidade de constatar o quanto suas suposições se distanciaram da experiência.
- (B) Independentemente da época em que fossem expressas, as previsões sobre o futuro sempre dirão muito mais sobre o presente de quem se arriscar a fazê-las.
- (C) Por mais precisos que nossos instrumentos de medição de engarrafamentos venham a se tornar, é improvável que fôssemos capazes de fazer previsões a longo prazo.
- (D) Quando a extensão do cosmo puder ser medida, tivéssemos chegado a um novo patamar da experiência humana, nunca vislumbrado por cientistas ou filósofos.
- (E) O conhecimento humano possui limitações, mas é função da ciência pôr essas limitações à prova, a fim de que poderíamos avançar continuamente.

**Conhecimentos Jurídicos e Institucionais**

16. A Lei Complementar nº 1/90 trata da organização da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Consoante essa norma, a Defensoria
- (A) tem como incumbência a prestação gratuita de assistência extrajudicial.
 - (B) vincula-se diretamente aos Chefes de Poder do Estado do Amazonas.
 - (C) tem por função institucional a autonomia funcional, administrativa e financeira.
 - (D) tem por princípio representar o Ministério Público em caso de maus tratos à pessoa do defendido.
 - (E) poderá, por seus membros, representar a parte, desde que mediante instrumento procuratório.

17. Considere as seguintes atribuições:

- I. Acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública.
- II. Supervisionar, coordenar e controlar as atividades administrativas da Defensoria Pública.
- III. Baixar instruções, no limite de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública, sem prejuízo da autonomia funcional de seus membros.
- IV. Dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, com recurso para o Conselho Superior.
- V. Manter atualizados os registros estatísticos de produção dos membros da Defensoria Pública, inclusive para efeito de aferição de merecimento.

Conforme dispõe a Lei Complementar nº 1/90, essas atribuições são de competência, respectivamente, do

- (A) Defensor Público Geral, Defensor Público Geral, Corregedoria Geral, Subdefensor Público Geral e Subdefensor Público Geral.
- (B) Subdefensor Público Geral, Defensor Público Geral, Defensor Público Geral, Subdefensor Público Geral e Corregedoria Geral.
- (C) Corregedoria Geral, Subdefensor Público Geral, Corregedoria Geral, Defensor Público Geral e Corregedoria Geral.
- (D) Defensor Público Geral, Subdefensor Público Geral, Defensor Público Geral, Defensor Público Geral e Corregedoria Geral.
- (E) Corregedoria Geral, Defensor Público Geral, Corregedoria Geral, Defensor Público Geral e Subdefensor Público Geral.

18. Conforme dispõe a Lei Complementar nº 1/90, se um membro da Defensoria houver opinado contrariamente a pretensão da mesma parte, ele será dado por

- (A) impedido.
- (B) suspeito.
- (C) incompatível.
- (D) indisponível.
- (E) preterido.

19. Considere os seguintes itens:

- I. pontualidade.
- II. capacidade de iniciativa.
- III. responsabilidade.
- IV. regularidade.
- V. urbanidade.

Segundo dispõe a Lei nº 4077/14, são itens que devem ser observados no processo de estágio probatório os constantes APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, II, III e V.
- (E) I, II, IV e V.

20. Conforme dispõe a Constituição Federal, é matéria de competência tanto do Conselho da Presidência como do Conselho de Defesa Nacional

- (A) declaração de guerra.
- (B) intervenção federal.
- (C) celebração da paz.
- (D) estado de sítio.
- (E) iniciativas necessárias a garantir a independência nacional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. Ao Estado compete prestar, direta ou indiretamente, serviços públicos considerados atividades materiais à disposição da população. Como tais, a sua prestação
- (A) pode ser interrompida por decisão unilateral do concessionário ou permissionário, sempre que houver onerosidade excessiva, ante o princípio constitucional do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.
 - (B) está sujeita à cobrança de tarifa, que é a única forma de financiamento dos investimentos privados e remuneração do concessionário, que explora o serviço por sua conta e risco.
 - (C) está sujeita a regras e princípios, que afetam não só os prestadores como os usuários, estes que devem, em razão do princípio da isonomia, estar sujeitos ao mesmo valor de tarifa, sendo vedada a prática de subsídio tarifário.
 - (D) indireta está sujeita à fiscalização do titular do serviço, em cuja atuação é vedada a participação, por meio de cooperação, do usuário, ante o caráter econômico que a atividade assume nesta hipótese.
 - (E) indireta pode se dar por meio de concessão ou permissão, cujos contratos são precedidos de licitação, sujeitando-se à regras e princípios especiais, tais como o da adequação e continuidade.
-
22. Os concessionários de serviço público, nos termos da Lei nº 8.987/1995, têm o dever de prestar serviço adequado, considerado aquele que satisfaz, dentre outras, condições de eficiência, atualidade e modicidade das tarifas, razão por que
- (A) estão obrigados a realizar investimentos não só para atualizá-lo como para expandi-lo, independentemente de previsão contratual e da recomposição dos custos, em razão do princípio da modicidade tarifária.
 - (B) não podem interromper sua prestação mesmo em situação de emergência motivada por falha técnica, isso em razão do princípio da continuidade do serviço público.
 - (C) podem, sempre em benefício da coletividade, após decorrido determinado prazo e prévio aviso, interromper sua prestação em situação de inadimplência do usuário.
 - (D) são pessoas de direito privado detentoras da titularidade e do direito de explorar os serviços, bem como das prerrogativas da Administração.
 - (E) são pessoas de direito privado detentoras do direito de explorar os serviços, em nome próprio e por sua conta e risco, possuindo, ainda, durante o prazo de duração dos contratos a titularidade dos serviços objeto da concessão.
-
23. A Defensoria Pública do Amazonas pretende contratar empresa especializada na prestação de serviço de teleagendamento. Referido serviço consiste na triagem, por atendentes capacitados, dos potenciais usuários da Defensoria, que devem obter não só agendamento de data e horário para comparecimento às unidades competentes como também instrução prévia quanto aos documentos mínimos que devem portar na data agendada, tudo com o objetivo de otimizar, tornar mais eficiente e abrangente os serviços prestados por referida Instituição. Para tanto, a Defensoria
- (A) poderá realizar licitação, na modalidade pregão, do tipo eletrônico, considerando que se cuida de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.
 - (B) poderá contratar diretamente os serviços, independentemente da realização de licitação, em razão da sua natureza e de serem prestados de forma integral e gratuita aos necessitados.
 - (C) deverá realizar concorrência pública, em razão do valor elevado dos serviços, que serão prestados de forma contínua e plurianual, por 5 anos, por meio de contrato de permissão de serviços.
 - (D) poderá realizar convênio com entidade privada e sem fins lucrativos, livremente escolhida pela Administração, transferindo à entidade parceira os recursos públicos necessários para custear as atividades.
 - (E) poderá, após licitação na modalidade concorrência pública, conceder à iniciativa privada referidos serviços, que serão remunerados pela cobrança de tarifa dos usuários.
-
24. Durante a execução de contrato de prestação de serviço de limpeza, regido pela Lei nº 8.666/1993, a Administração constatou que a contratada não vinha disponibilizando o número avençado de empregados por metro quadrado, como, de igual maneira, não vinha disponibilizando os equipamentos e produtos de limpeza especificados no Projeto Básico. A Administração notificou a empresa para que regularizasse a prestação dos serviços, o que não se deu, mesmo após o prazo fixado para tanto. Em razão destes fatos, a Administração
- (A) poderá aplicar à contratada as penas de advertência e multa, sanções que por serem menos gravosas independem de previsão no instrumento convocatório ou no contrato e de garantia de defesa prévia.
 - (B) poderá, após defesa prévia da contratada, aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo superior a dois anos, desde que haja justificativa para tanto.
 - (C) poderá, em razão dos prejuízos causados, após defesa prévia da contratada, aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública, que pode ser cumulada com a aplicação de multa, na forma prevista no contrato.
 - (D) deverá rescindir o contrato por inexecução total ou aplicar uma das penalidades previstas em lei, escolha de caráter discricionário, mas obrigatoriamente alternativa.
 - (E) poderá rescindir o contrato por inexecução parcial, cabendo, nesta hipótese, somente a aplicação da pena de multa, em grau máximo.



25. Cinco alunos de determinada escola pública estadual, beneficiados por transporte escolar gratuito custeado pelo Estado, durante o percurso entre a unidade escolar e as respectivas residências, sofreram danos físicos, alguns de grande proporção, em razão de acidente de veículo envolvendo a *van* escolar que os conduzia. Em razão destes fatos, os pais dos acidentados procuraram a Defensoria Pública para responsabilizar o Estado, responsável pelo transporte, que
- (A) responde subjetivamente pelos danos causados aos alunos, na hipótese de comprovação de culpa do motorista da *van*, por se tratar de transporte gratuito.
 - (B) não reponde pelos danos causados aos alunos, que devem acionar o responsável direto pelo acidente, na hipótese de ser comprovada culpa concorrente de terceiro.
 - (C) responde pelos danos causados aos alunos de forma objetiva, desde que o referido serviço de transporte não seja prestado por concessionária de serviço público, hipótese em que apenas esta responde objetivamente pelos danos.
 - (D) responde objetivamente pelos danos materiais e morais causados aos alunos, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e os prejuízos sofridos pelos mesmos, cabendo ao ente público mover ação de regresso contra o responsável direto nos casos de dolo ou culpa.
 - (E) responde subjetivamente pelos danos causados aos alunos, sendo necessária, na hipótese, a comprovação de dolo ou culpa do motorista da *van*, servidor público em desvio de função.
-
26. O Tribunal de Contas, órgão dotado de prerrogativas especiais, atua como auxiliar do Poder
- (A) Executivo, na função de controle interno da Administração.
 - (B) Legislativo, na função de controle externo da Administração.
 - (C) Legislativo e do Poder Judiciário, respectivamente, na função de controle interno e externo da Administração.
 - (D) Judiciário, exercendo função jurisdicional, no controle externo da Administração.
 - (E) Legislativo, exercendo função administrativa, no controle interno da Administração.
-
27. Autarquia estadual foi condenada em ação trabalhista movida por seus empregados públicos. O advogado dos referidos empregados pleiteou, em execução, a penhora de dois imóveis da entidade para fazer frente à dívida. O pedido é
- (A) inadmissível, por se tratar de bens pertencentes à pessoa jurídica de direito público, insuscetíveis de penhora.
 - (B) admissível, por se tratar de débito para com servidores públicos, hipótese em que ocorre a automática desafetação dos referidos bens.
 - (C) inadmissível, por se tratar de bens do patrimônio indisponível de pessoa jurídica integrante da Administração indireta, sujeita a regime jurídico de direito privado.
 - (D) admissível, por se tratar de crédito alimentar e de bens pertencentes à Administração pública indireta, sujeitos a regime privado.
 - (E) admissível, por se tratar de bens do patrimônio disponível da entidade, não afetos à finalidade pública.
-
28. Atualmente o ordenamento jurídico prevê a existência do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência Social, este último aplicável aos servidores
- (A) públicos, titulares de cargos efetivos ou não, desde que tenham ingressado no serviço público por concurso, após 19/12/2003, data da Emenda Constitucional de nº 41.
 - (B) dos entes federativos que sejam titulares de cargos efetivos e aos empregados públicos das suas autarquias e fundações.
 - (C) titulares de cargos efetivos da Administração pública direta e indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, em razão do regime jurídico único.
 - (D) dos entes federativos e de suas autarquias e fundações, titulares de cargos efetivos.
 - (E) titulares de cargos efetivos da União, dos Estados e do Distrito Federal, não se aplicando aos servidores da Administração indireta de referidos entes, tampouco aos servidores dos municípios, em razão do princípio federativo.
-
29. Com fundamento na urgência foi dispensada, pela Administração pública, a realização de chamamento público para celebração de termo de colaboração com entidade privada, sem fins lucrativos, que receberia, para execução do objeto da avença, recursos públicos. Posteriormente, verificou-se não só a inexistência do pressuposto fático que fundamentou a dispensa como a existência de conluio entre o administrador público competente para assinar o justo e o dirigente da entidade, com a finalidade de frustrar a realização do processo seletivo exigível na hipótese. À luz da Lei de Improbidade Administrativa,
- (A) tanto a conduta do administrador público como do dirigente da entidade constituem, em tese, ato de improbidade administrativa, causador de lesão ao erário, punível em caso de dolo ou de culpa.
 - (B) responde por improbidade administrativa, independentemente da comprovação de dolo, o administrador público, não configurando ato de improbidade a conduta do dirigente da entidade, que não mantém vínculo empregatício com a Administração pública.
 - (C) tanto a conduta do administrador público como do dirigente da entidade não constituem ato de improbidade, por falta de previsão em Lei, em razão da natureza da relação jurídica estabelecida formalmente entre a Administração pública e a organização da sociedade civil.
 - (D) o administrador público responde por ato de improbidade, desde que sejam comprovados lesão ao erário e ação ao menos culposa, não sendo cabível a responsabilização do dirigente da entidade na hipótese.
 - (E) em razão da natureza da relação jurídica estabelecida formalmente entre a Administração pública e a organização da sociedade civil, ambos os responsáveis respondem por ato de improbidade, não cabendo, na hipótese, a aplicação da pena de perda da função pública e de proibição de contratar com o Poder Público.



30. Sob o aspecto da legalidade, legitimidade e economicidade, são objeto de controle do Tribunal de Contas
- (A) os atos do Poder Executivo, que exerce função administrativa, mas não os atos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, pois estes não exercem referida função.
 - (B) os atos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, estes dois últimos no exercício atípico da função administrativa.
 - (C) tanto os atos do Poder Executivo como os do Poder Legislativo, excluindo-se desse tipo de controle os do Poder Judiciário, em razão do princípio da unicidade de jurisdição.
 - (D) tanto os atos do Poder Judiciário como os do Poder Legislativo, excluindo-se desse tipo de controle os do Poder Executivo, em razão do princípio da separação de poderes.
 - (E) os atos do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, no exercício das funções típicas e atípicas de cada um destes poderes.
-
31. A Administração pública pretende implementar projeto de infraestrutura rodoviária para prestação de serviço de disponibilização de malha viária, que ligará importante região agrícola a centros consumidores e a zona portuária, mas, após estudos econômico-financeiros, concluiu que não possuía recursos suficientes para fazê-lo sem o apoio da iniciativa privada. Concluiu, ainda, que seria possível executar o projeto com financiamento público-privado, sendo os investimentos privados parcialmente custeados pela cobrança de tarifas, já que o serviço não é autossuficiente. Para tanto, a Administração poderá estruturar o projeto como
- (A) contrato administrativo de obra pública, regida pela Lei nº 8.666/1993, precedido de licitação na modalidade concorrência, com inversão de fases.
 - (B) parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, estando a Administração autorizada a iniciar o pagamento da contraprestação pecuniária ao parceiro privado imediatamente após a assinatura do contrato.
 - (C) concessão de serviço público comum, regida pela Lei nº 8.987/1995, estando a Administração autorizada a iniciar o pagamento da contraprestação pecuniária ao parceiro privado após o início da disponibilização do serviço.
 - (D) parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, estando a Administração autorizada a iniciar o pagamento da contraprestação pecuniária ao parceiro privado após o início da disponibilização do serviço objeto do contrato, relativa a parcela fruível do mesmo.
 - (E) parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, estando a Administração autorizada a iniciar o pagamento da contraprestação pecuniária ao parceiro privado imediatamente após a assinatura do contrato.
-
32. ^{Via @carla_gabola}
A Administração pública estadual firmou contrato de segurança predial estabelecendo prazo de vigência de 12 meses, com previsão de prorrogação por até 60 meses. O encerramento do contrato, ao final dos primeiros 12 meses, se daria em 30 de novembro do corrente ano. Considerando cuidar-se de contrato de duração por prazo determinado, eventual prorrogação de vigência
- (A) teria lugar a qualquer momento, de forma limitada ou não aos 60 meses, desde que comprovada vantajosidade econômica para Administração e independentemente de aditivo contratual.
 - (B) poderia ser feita a qualquer momento, por mero apostilamento, mesmo após 30/11/2018, desde que dentro do prazo máximo de 60 meses.
 - (C) poderia ser feita a qualquer momento, por meio de aditivo contratual, mesmo após 30/11/2018 e excedendo o prazo máximo de 60 meses, em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos.
 - (D) teria lugar em momento anterior ao respectivo término, ou seja, até 30/11/2018, podendo ser feita por mero apostilamento, sendo desnecessários aditivo contratual e aprovação da autoridade competente.
 - (E) teria lugar em momento anterior ao respectivo término, ou seja, até 30/11/2018, devendo ser instrumentalizada por aditivo contratual, firmado pela autoridade competente.
-

Noções de Direito Constitucional

33. Considerando as normas constitucionais que garantem o direito à igualdade, é INCOMPATÍVEL com a Constituição Federal a edição de lei que estabeleça
- (A) incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.
 - (B) idade mínima da mulher inferior à idade mínima do homem, como requisito para aquisição da aposentadoria voluntária por servidor público titular de cargo efetivo.
 - (C) prestação alternativa a ser cumprida pelo indivíduo que recusar-se, por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, a cumprir obrigação legal a todos imposta.
 - (D) o direito à gratuidade do *habeas corpus* e do *habeas data* apenas aos reconhecidamente pobres.
 - (E) que a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
-



34. De acordo com as normas constitucionais que dispõem sobre a liberdade do indivíduo, é juridicamente admissível
- (A) a prisão de indivíduo, sem ordem judicial, em razão de flagrante delito.
 - (B) a concessão de mandado de segurança contra ato ilegal ou praticado com abuso de poder, que caracterize violência ou coação contra a liberdade de locomoção do indivíduo, ainda que contra o ato seja cabível a impetração de *habeas corpus*.
 - (C) o ato da autoridade judicial que informa ao preso que serão considerados verdadeiros os fatos pelos quais é acusado, caso se negue a responder às perguntas do juiz.
 - (D) a sentença penal que condene o réu à pena alternativa de trabalhos forçados em lugar da pena de prisão.
 - (E) a sentença penal que aplica lei, editada posteriormente ao cometimento do crime, que aumenta a pena prevista na lei vigente à data do crime.
-
35. Lei federal que fixe a pena de multa em dinheiro para os brasileiros, com idade entre 16 e 70 anos, que não tenham votado nem justificado sua ausência aos pleitos eleitorais de âmbito nacional e municipal mostra-se
- (A) inconstitucional, uma vez que a União não tem competência para legislar sobre a imposição de multa ao eleitor que não comparecer a pleito eleitoral de âmbito municipal.
 - (B) inconstitucional, uma vez que a União poderia legislar apenas sobre normas gerais para a imposição de multa relativa a pleito eleitoral de âmbito municipal, embora possa legislar inteiramente sobre a multa relativa a pleito de âmbito nacional.
 - (C) inconstitucional no que se refere à imposição de multa aos brasileiros maiores de 16 e menores de 18 anos, embora a multa possa ser imposta aos demais destinatários da lei.
 - (D) inconstitucional no que se refere à imposição de multa aos brasileiros maiores de 16 e menores de 18 anos, bem como aos brasileiros maiores de 65 e menores de 70 anos.
 - (E) constitucional, uma vez que a União legislou regularmente sobre a matéria.
-
36. João, estrangeiro, residente no país há 10 anos, foi acusado de prática de crime doloso contra a vida cometido no Brasil, tendo sido julgado por este fato perante tribunal do júri brasileiro. Paralelamente, foi condenado em seu país de origem por manifestar-se, publicamente, em contrário à política praticada pelo Governo, o que lá é considerado crime. Em razão dessa condenação, a justiça estrangeira requereu ao Brasil a extradição de João. Considerando essa situação à luz da Constituição Federal, o tribunal do júri
- (A) não poderia ter julgado João, uma vez que o acusado é estrangeiro, embora tenha direito à aquisição da nacionalidade brasileira, não havendo, todavia, vedação constitucional para que a extradição seja deferida.
 - (B) não poderia ter julgado João, uma vez que o acusado é estrangeiro, não tendo preenchido os requisitos para aquisição da nacionalidade brasileira, não podendo, ademais, ser deferida a extradição em razão da natureza do crime pelo qual João foi condenado em seu país de origem.
 - (C) não poderia ter julgado João, uma vez que somente lhe compete julgar os crimes culposos contra a vida, não podendo, ademais, ser deferida a extradição em razão do tempo de permanência de João no Brasil, o que lhe confere direito à aquisição da nacionalidade brasileira.
 - (D) poderia ter julgado João, mas a extradição não poderá ser deferida em razão da natureza do crime pelo qual João foi condenado em seu país de origem.
 - (E) poderia ter julgado João, não havendo vedação constitucional para que a extradição seja deferida.
-
37. O Presidente da República editou medida provisória pela qual aumentou as penas previstas para o crime de furto e alterou o processo penal aplicável aos crimes hediondos, permitindo que a prisão temporária do réu seja fixada por prazo superior ao vigente. A medida provisória teve seus efeitos prorrogados por 60 dias, vindo a ser rejeitada pelo Congresso Nacional, o que ensejou sua reedição na mesma sessão legislativa. Considerando essa situação à luz da Constituição Federal, a medida provisória
- I. poderia ter aumentado a pena para o crime de furto.
 - II. poderia ter alterado o processo penal aplicável aos crimes hediondos.
 - III. poderia ter sido prorrogada pelo prazo de 60 dias.
 - IV. não poderia ter sido reeditada.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, II e III.



38. Indivíduo titular de cargo público efetivo de médico junto à Administração pública estadual, provido mediante concurso público, foi eleito deputado estadual. À luz da Constituição Federal, referido indivíduo
- (A) poderá cumular o exercício do cargo público com o cargo eletivo, assim como as respectivas remunerações, desde que haja compatibilidade de horários, uma vez que não pode ser compulsoriamente afastado do exercício de cargo público provido mediante concurso público.
 - (B) poderá cumular o exercício do cargo público com o cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários, uma vez que se trata de cargo público de médico, mas deverá optar por uma das remunerações.
 - (C) poderá cumular o exercício do cargo público com o cargo eletivo, desde que haja compatibilidade de horários, podendo perceber a remuneração de ambos, por se tratar de cargos vinculados ao mesmo ente da Federação.
 - (D) não poderá cumular o exercício do cargo público com o cargo eletivo, uma vez que é permitida a cumulação apenas no caso de exercício de cargo público de professor.
 - (E) não poderá cumular o exercício do cargo público com o cargo eletivo, devendo afastar-se do primeiro, caso pretenda exercer o mandato de deputado.
-
39. De acordo com a Constituição Federal, a edição de leis em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor é de competência
- (A) concorrente entre União e Estados, cabendo à União estabelecer normas gerais e aos Estados o exercício da competência suplementar.
 - (B) concorrente entre União e Estados, cabendo à União legislar integralmente sobre o tema, estabelecendo normas gerais e específicas, e aos Estados apenas o exercício da competência para editar decretos regulamentares.
 - (C) concorrente entre Estados e Municípios, cabendo aos Estados estabelecer normas específicas e aos Municípios o exercício da competência suplementar, sendo vedado à União dispor sobre o tema.
 - (D) privativa da União, que pode, no entanto, autorizar os Estados, mediante edição de lei complementar, a legislar sobre questões específicas nesse tema.
 - (E) privativa da União, cabendo aos Estados e aos Municípios apenas o exercício da competência para editar decretos regulamentares para a fiel execução da lei federal.
-
40. O Procurador-Geral da República ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivo de lei federal que dispõe sobre os serviços prestados pela Defensoria Pública da União aos economicamente necessitados. O dispositivo impugnado foi declarado constitucional por 6 votos a 5, estando presentes à sessão de julgamento todos os Ministros do Tribunal. Considerando as normas da Constituição Federal sobre a matéria, trata-se de situação em que
- (A) o Procurador-Geral da República não poderia, todavia, ter ajuizado a ação, uma vez que o chefe da Defensoria Pública da União tem legitimidade exclusiva para ajuizá-la.
 - (B) o Procurador-Geral da República não poderia ter ajuizado a ação, uma vez que, em se tratando de matéria de interesse da advocacia pública, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil tem legitimidade exclusiva para ajuizá-la.
 - (C) o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal produz eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (D) não seria cabível a ação, uma vez que ajuizada em face de norma que disciplina o direito de acesso à justiça, podendo ser objeto apenas de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal não produz eficácia contra todos e efeito vinculante, uma vez que não foi proferido de acordo com o voto de dois terços dos membros do Tribunal.
-
41. De acordo com a Constituição Federal, a instituição do imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos compete aos Estados e ao Distrito Federal,
- (A) salvo quando incidente sobre a transmissão *causa mortis* de direitos.
 - (B) em qualquer hipótese.
 - (C) salvo quando incidente sobre a doação de bem imóvel situado em área urbana.
 - (D) salvo quando incidente sobre a doação de bem imóvel situado em área rural.
 - (E) salvo quando incidente sobre a transmissão *causa mortis* de bem imóvel situado em área rural.



42. No curso do processo de separação judicial de um casal, o cônjuge "A" alegou que foi vítima de atos de infidelidade conjugal durante o casamento, motivo pelo qual, segundo ele, o cônjuge "B" não teria idoneidade moral para obter a guarda dos filhos do casal. "B", por sua vez, alegou que "A" teria sido acometido por doença psiquiátrica que o impedia de zelar pelos filhos menores de idade e, portanto, de obter a guarda das crianças. Antes de realizar a audiência em que seriam ouvidas testemunhas indicadas pelas partes, o juiz impediu que os genitores de ambos os cônjuges ingressassem na sala em que seria praticado o ato, tendo restringido a entrada no recinto às partes e aos seus advogados, dizendo assim ter decidido com fundamento na lei processual. Considerando as garantias constitucionais do processo, a decisão judicial mostra-se
- (A) incompatível com a Constituição Federal, por violar o direito ao devido processo legal.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, por violar o direito de ingresso em locais abertos ao público.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, por violar o direito de acesso à informação e a liberdade de reunião.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, por violar a norma segundo a qual todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos.
 - (E) compatível com a Constituição Federal.
43. Dentre as modalidades de controle de constitucionalidade, considera-se controle
- (A) difuso de constitucionalidade aquele que pode ser exercido por todo e qualquer juiz ou tribunal.
 - (B) concentrado de constitucionalidade aquele em que a declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade não é o objeto principal do processo judicial.
 - (C) incidental de constitucionalidade aquele do qual resulta decisão judicial aplicável a todos, e não somente às partes do processo em que foi proferida.
 - (D) principal ou abstrato de constitucionalidade aquele do qual resulta decisão judicial aplicável somente às partes do processo em que foi proferida.
 - (E) político de constitucionalidade aquele exercido com exclusividade pelo Tribunal de maior hierarquia do Poder Judiciário.
44. A fim de assegurar os princípios da celeridade processual e do acesso à prestação jurisdicional, a Constituição Federal estabelece que
- (A) a distribuição de processos aos juízes será imediata, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
 - (B) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
 - (C) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos decisórios, salvo aqueles que põem fim ao processo.
 - (D) é vedado ao Tribunal autorizar o juiz titular a residir fora da respectiva comarca.
 - (E) o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e ao respectivo número de eleitores.

Noções de Administração

45. Diversos autores apontam, entre os fatores determinantes para o desempenho dos colaboradores no âmbito organizacional, a motivação. Dada sua importância, diferentes teorias emergiram para explicar o fenômeno motivacional, entre elas a Teoria da Expectativa (ou expectância), predicada por Victor Vroom, cujos principais elementos são
- (A) valência, instrumentalidade e expectativa.
 - (B) razão, emoção e reconhecimento.
 - (C) expectativa, ação e resultado.
 - (D) valor, expectativa e reconhecimento.
 - (E) intenção, direção e ação.
46. O modelo situacional proposto por Fiedler para explicar a liderança e sua relação com a eficácia dos liderados foi reconceituado, no final da década de 1980, em conjunto com Joe Garcia, gerando a Teoria do Recurso Cognitivo, apresentando, como uma de suas conclusões:
- (A) A racionalidade é o fator determinante a ser induzido pelo líder, independentemente do grau de tensão da situação.
 - (B) Nas situações de alta tensão, existe uma relação positiva entre experiência no trabalho e desempenho.
 - (C) O estresse atua favoravelmente no desempenho, devendo ser fomentado, de forma moderada, pelo líder diretivo.
 - (D) O líder cognitivo é tido como o mais eficaz, pois identifica e utiliza as melhores habilidades de cada liderado.
 - (E) A liderança diretiva somente é útil em grupos heterogêneos e deve ser substituída pela cognitiva sempre que viável.
47. Considere que uma determinada empresa faça questão de ostentar, nas suas instalações físicas, nos veículos e nos uniformes dos empregados, a representação gráfica de sua marca, na forma de um trevo de quatro folhas, sendo, assim, reconhecida pelos seus clientes, fornecedores e pela sociedade em geral. Essa circunstância
- (A) integra a camada mais profunda da cultura organizacional, sendo a representação externa dos valores da organização.
 - (B) não pode ser considerada como aspecto da cultura organizacional, dado seu caráter superficial.
 - (C) representa um dos aspectos reforçadores da cultura, denominado rito de confirmação.
 - (D) não está atrelado à cultura organizacional, porém, pela sua representatividade, influencia o clima organizacional.
 - (E) insere-se na cultura organizacional da empresa, como artefatos observáveis.



48. Uma empresa pública contratou uma consultoria especializada para implementar avaliação de desempenho objetivando melhorar a *performance* de seus gestores. O consultor contratado executou a avaliação tomando por base o registro dos aspectos extremos, tanto do ponto de vista negativo como positivo, em relação ao comportamento dos avaliados. Tal abordagem
- (A) corresponde à primeira etapa do método de Escalas Gráficas.
 - (B) não é aderente a nenhuma metodologia de avaliação de desempenho.
 - (C) é bastante rudimentar, denominada comparação binária.
 - (D) é relativa à metodologia denominada incidentes críticos.
 - (E) consiste em uma das distorções da avaliação, denominada efeito halo.
-
49. O Balance Scorecard – BSC é uma das metodologias mais difundidas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas e, na etapa correspondente à análise interna, busca identificar
- (A) os desafios e oportunidades existentes.
 - (B) as forças e fraquezas da organização.
 - (C) a missão, correspondente aos valores da organização.
 - (D) a visão da organização, que se contrapõe ao cenário externo.
 - (E) as metas estratégicas, fixando os indicadores correspondentes.
-
50. O modelo de administração gerencial difere do modelo burocrático em alguns aspectos essenciais, entre os quais pela introdução do conceito de
- (A) patrimonialismo.
 - (B) meritocracia.
 - (C) hierarquia.
 - (D) avaliação *a posteriori*.
 - (E) verticalização das estruturas.
-
51. Quando o administrador atua corrigindo a atuação de seus subordinados, objetivando o atingimento das metas estabelecidas, está desempenhando uma das funções próprias de administrar, correspondente
- (A) ao controle.
 - (B) à indução.
 - (C) ao planejamento.
 - (D) à coordenação.
 - (E) ao ajuste espontâneo.
-
52. A partir da década de 1990, se sucederam diversas iniciativas e programas visando implementar o conceito de qualidade na administração. A implantação do GesPública – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, em 2005, consolidou essa trajetória. Entre as ferramentas introduzidas pelo referido programa insere-se a carta de serviço, que diz respeito
- (A) ao padrão de governança fixado para a entidade, aplicável somente às empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (B) ao canal de comunicação disponibilizado ao cidadão para fazer críticas e sugestões em relação ao grau de qualidade dos serviços prestados.
 - (C) às informações sobre como acessar os serviços prestados, bem como os compromissos e os padrões de atendimento estabelecidos.
 - (D) à missão institucional e visão de futuro da organização, determinadas a partir do seu planejamento estratégico.
 - (E) ao critério utilizado para avaliação de satisfação dos usuários com a qualidade dos serviços prestados e remuneração dos servidores.
-
53. Ao influxo da Reforma do Aparelho do Estado, implementada em meados dos anos 1990, buscava-se um novo paradigma para a atuação da Administração pública, com a aplicação de conceitos como o de *accountability*, que, em uma de suas acepções correntes,
- (A) significa a governança, entendida como o relacionamento entre todos os agentes públicos envolvidos.
 - (B) é sinônimo de governabilidade, correspondendo às próprias condições de exercício do poder.
 - (C) corresponde ao denominado orçamento por resultados, vinculado a ações estratégicas.
 - (D) significa obrigação de prestar contas, respondendo por uma responsabilidade outorgada.
 - (E) significa a somatória de ações estratégicas, metas e indicadores fixados para melhoria dos serviços públicos.
-
54. Considere que uma autarquia federal pretenda adquirir 5 computadores com determinadas características específicas, que serão utilizados por novos servidores, aprovados em concurso público e que tomarão posse no prazo de 30 dias. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, referida aquisição
- (A) deve ser precedida de licitação, salvo se envolver equipamentos de marca preferencial da Administração.
 - (B) não se sujeita a prévio procedimento licitatório, em face de seu caráter emergencial.
 - (C) independe de licitação, sendo esta inexigível em razão da singularidade do objeto.
 - (D) depende de prévio procedimento licitatório, obrigatoriamente na modalidade concorrência.
 - (E) poderá ser efetuada com dispensa de licitação, se o valor total for igual ou inferior a R\$ 8.000,00.



55. Entre os elementos que devem compor, necessariamente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias se inclui
- (A) passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
 - (B) projetos cuja execução se projete por mais de 2 exercícios, salvo se já previstos no Plano Plurianual.
 - (C) medidas compensatórias à renúncia fiscal decorrente de desonerações, anistias e isenções.
 - (D) limites para gastos com despesas correntes primárias no próximo exercício.
 - (E) autorização para operações de antecipação de receita orçamentária que se pretenda realizar.
-
56. A Lei nº 8.666/1993 estabelece, em seu artigo 15, que as compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização e, também, ser processadas através do sistema de registro de preços. Outrossim, prevê a regulamentação do referido sistema, por decreto, no âmbito de cada ente, observados alguns requisitos. Considerando o quadro legal e normativo vigente, tal sistema, no Estado do Amazonas,
- I. pode ser utilizado, entre outras hipóteses normatizadas, quando, pelas características do bem, houver necessidade de aquisições frequentes.
 - II. permite adotar, como prazo de validade da ata de registro de preços, o prazo máximo de 3 anos.
 - III. permite adotar o pregão como modalidade licitatória para a seleção, assim como a concorrência.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.
-
57. Suponha que uma empresa produtora de gêneros alimentícios, que costuma participar de licitações para fornecimento a escolas da rede pública tenha sido condenada, com decisão transitada em julgado, por conduta dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, diante de tal circunstância, a referida empresa
- (A) não está sujeita a qualquer sanção, salvo se comprovada a prática de fraude em procedimento licitatório.
 - (B) poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração pública.
 - (C) somente poderá ser apenada com proibição temporária para contratar com a Administração pública, por no máximo 1 ano.
 - (D) estará sujeita à proibição definitiva de participar de licitação, desde que a fraude se refira a tributos federais.
 - (E) somente poderá ser impedida de participar de licitações ou celebrar convênios que envolvam repasses de recursos federais.
-
58. Entre os princípios orçamentários podemos destacar o da especificação, também conhecido como da especialidade ou discriminação, o qual, entre outros efeitos, enseja a
- (A) proibição de dotações para despesas de pessoal sem a correspondente vinculação à dotação de investimento a que está referenciada.
 - (B) obrigatoriedade de fixar a receita para o exercício a que se refere sem estimativas fundadas em projeções econômicas.
 - (C) vedação a autorizações de despesa genéricas, exigindo a discriminação, ao menos, por elementos.
 - (D) necessidade do claro estabelecimento, na Lei Orçamentária Anual, das metas fiscais para o quadriênio em curso.
 - (E) vedação a previsão de receitas de caráter extraordinário, como alienação de ativos e operações de crédito.
-
59. Existem diferentes critérios a partir dos quais podem ser classificados os materiais, objetivando a sua administração no âmbito de uma organização. Entre eles, pode-se citar a classificação XYZ, que toma por base
- (A) a localização do item de material nos estoques da organização e dos fornecedores.
 - (B) a importância financeira do material, de acordo com o maior valor de demanda.
 - (C) a diferenciação entre material de consumo e material de natureza permanente.
 - (D) a perecibilidade do item de material, com ênfase no gerenciamento dos prazos de armazenagem.
 - (E) o grau de criticidade ou imprescindibilidade do item de material nas atividades desempenhadas pela organização.
-
60. Considere que o projeto de lei orçamentária anual apresentado pela União tenha contemplado dotações para investimento em projeto cuja duração supere um exercício financeiro. De acordo com as disposições constitucionais e legais que disciplinam a matéria, tal circunstância
- (A) é expressamente vedada, em face do princípio da anualidade.
 - (B) é possível, se houver previsão no Plano Plurianual.
 - (C) é viável, mas apenas para as áreas da saúde e educação.
 - (D) é vedada, salvo autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) somente é possível no último ano do mandato presidencial.